



25016539



08018.042448/2023-18



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Justiça  
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

## **CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS - CONARE**

No dia 15 de junho e dois mil e vinte e três, às dez horas, foi realizada, de forma híbrida, a centésima septuagésima primeira Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, presidida pela Presidente do Conare, **Sra. Sheila Santana de Carvalho**.

Foi Registrada a presença da Coordenadora-Geral do Conare, **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, da Diretora do Departamento de Migrações, **Sra. Tatyana Scheila Friedrich**; da representante titular do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Maria Clara de Paula Tusco**; da representante suplente do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede**; da representante titular do Ministério do Trabalho e Emprego, **Sra. Lucilene Estevam Santana**; da representante titular do Ministério da Saúde e Coordenadora-Geral na Assessoria Internacional do mesmo órgão, **Sra. Marina Moreira Costa Pittella**; da representante suplente do Ministério da Educação, **Sra. Roseli Teixeira Alves**; do representante suplente da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, **Pe. Marcelo Maróstica Quadro**; da representante da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, **Sra. Larissa Moura Getirana**; da representante da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, **Sra. Lígia de Camargo Molina**; do representante titular do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), **Sr. Davide Torzilli** e da representante suplente do Acnur, **Sra. Silvia Sander**.

Ademais dos membros do Comitê Nacional para os Refugiados nos termos do art. 14 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foram também registradas as presenças do Defensor Público Federal **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**;

da representante do Ministério Público Federal, **Sra. Michele Corbi**; do representante convidado do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Sr. Alex André Vargem**; da representante convidada do Ministério de Portos e Aeroportos, **Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia**; da representante suplente convidada do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo**; da representante convidada do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, **Sra. Bárbara Pereira dos Cravos**; da representante do Ministério dos Povos Indígenas, **Sra. Nayra Paye Kaxuyana Inglez de Sousa** e da representante do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, **Ir. Rosita Milesi**.

Acompanharam também a Reunião: Diego Meriguetti (Acnur), Fabiane Lopes Santiago (CG-Conare), Fatima Mayumi Kowata (CG-Conare), Gabriel Calil Maia Tardelli (Acnur), Gabriel Dizner (CG-Conare), Gustavo Bispo Alves (CG-Conare), Hugo Felipe Gonçalves (MJSP), Lara Rocha Guimarães (Acnur), Indira Lima Croshere (PF), Isabela Mazão (Acnur), Joana Soares Cordeiro Lopes (Acnur), Lara Fiori de Godoy (MJSP), Larissa F. Machado Bassani (AISA/MS), Leila Romanini (CG-Conare), Osorio Vilela Filho (CG-Conare), Pablo Mattos (Acnur), Paulo Sergio de Siqueira (CG-Conare), Pedro Henrique de Moraes Cicero (CG-Conare), Rhayssa Brandão (DPU), Rômulo M. de Sousa (Acnur), Vinicius de Franca (MJSP), William Torres Laureano da Rosa (Acnur), Yara Mitsue Iguchi (CG-Conare).

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** cumprimenta a todos, declara aberta a centésima septuagésima primeira Reunião Ordinária do Conare, apresentando a seguinte proposta da pauta:

1. Aprovação da Ata da 170ª Reunião Ordinária do Conare;
2. Discussão e Votação de casos em bloco;
3. Haiti;
4. Análise de Conjuntura – Migrações internacionais indígenas no Brasil (apresentação do Acnur);
5. Apresentação do Planejamento da CG-Conare;
6. Informes gerais.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** passa a palavra para a Sra. Maria Clara de Paula Tusco.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** saúda a todos e solicita que seja retirada da pauta para análise do mérito o ponto 3 (três), referente ao Haiti, por entender que faria parte do item a proposta de adoção da cláusula de Cartagena para o país. Entende que o assunto envolve diversas áreas do Itamaraty devendo ser

analisados os impactos e por isso a necessidade de haver um processo interno de deliberação do MRE, o qual ainda não se encontra pronto. Afirma que está fazendo o possível para conciliar diferentes posições, contudo o assunto ainda não está maduro o suficiente para que seja votado na presente Plenária. Ressalta que, como já havia antecipado na reunião preliminar, preocupa o MRE o impacto de curto prazo que o reconhecimento em bloco dos haitianos poderia gerar para a embaixada do Brasil em Porto Príncipe, em termos de demanda de solicitação de vistos de reunião familiar que teriam como chamantes haitianos reconhecidos como refugiados nos termos da Portaria Interministerial nº 12, de 14 de junho de 2018. Levando em consideração que a Portaria Interministerial nº 38, de 10 de abril de 2023, não prevê que seus dispositivos sejam também aplicados a refugiados para além dos nacionais haitianos que obtiveram autorização de residência com fundamento na acolhida humanitária, o processamento dessa nova demanda por reunião familiar decorrente dos refugiados precisaria ser absorvida pela embaixada que, atualmente, conta com apenas 2 (dois) funcionários do serviço exterior brasileiro *in loco* e 1 (um) funcionário em São Domingos, para onde foi evacuado dado o agravamento do quadro securitário. Considerando que existem mais de 1.500 (mil e quinhentos) processos de solicitação de refúgio de nacionais haitianos pendentes de análise, o reconhecimento em bloco poderia criar, em curto prazo, cerca de 7.500 (sete mil e quinhentos) pedidos de reunião familiar, considerando-se uma média de famílias com 5 (cinco) integrantes. Como exemplo, diz que, em 2022, a embaixada do Brasil emitiu 1.106 (mil cento e seis) vistos de reunião familiar. Tendo o ano de 2022 como base, a embaixada poderia levar mais de 6 (seis) anos para absorver os pedidos de reunião familiar feitos exclusivamente pelos refugiados haitianos reconhecidos de maneira simplificada. Pontua que o aumento da demanda de vistos de reunião familiar reduziria a capacidade da embaixada de processar outros tipos de visto, como o humanitário, por exemplo. Ressalta que o trabalho consular do posto não se resume à concessão de vistos, assim, como o Haiti não faz parte da Convenção da Apostila de Haia, o posto é responsável pelo processamento de número crescente de atos notariais e legalizações para atender à demanda crescente da comunidade haitiana no Brasil. Apenas no período de janeiro a maio do corrente ano, foram legalizados 2.834 (dois mil oitocentos e trinta e quatro) documentos com tendência de aumento com relação aos anos anteriores. Postas tais considerações, solicita novamente que seja retirado de pauta o tema Haiti de forma que se possa vir a discuti-lo, assim como seus impactos e a viabilidade prática da sua adequada implementação pelo governo brasileiro, tendo em conta a atual capacidade do posto consular. Finaliza sua fala agradecendo.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** faz o esclarecimento de que no tema Haiti há 2 (dois) subtópicos: o primeiro quanto ao plano de ação para a integração

da população haitiana no Brasil, que se trata de uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública junto ao Acnur e que será mantido em pauta; e o segundo tópico diz respeito ao reconhecimento de GGVDH para a população haitiana, pleito que já fora discutido em outras reuniões ordinárias do Conare, que será retirado de pauta temporariamente enquanto o Ministério das Relações Exteriores avalia a temática. Passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** destaca que não se está decidindo sobre reunião familiar, mas sobre pessoas que estão no Brasil e que necessitam de proteção territorial, não vendo como deveria ser embargado o reconhecimento da GGVDH para as pessoas que estão no Brasil com base em questões estruturais reflexas como o visto de reunião familiar. Diz que se está interpondo as consequências à essência do que está sendo decidido e que a Defensoria Pública da União não concorda com esse tipo de argumento. Como a votação já foi retirada de pauta, destaca o artigo 10 do Regimento Interno, para que se cogite trazer à pauta na próxima reunião plenária, de forma que não fique pendente por muito tempo, tendo em vista que já é um tema que necessita de decisão.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e diz que, apesar da presidência se alinhar à posição da Defensoria Pública da União, faz-se necessário atender à demanda do Ministério das Relações Exteriores e coloca o tema como item de pauta da próxima reunião em conformidade com o Regimento Interno do Conare. Lembra, ainda, que a próxima reunião está prevista para o dia 10 de agosto para que sirva de informe para a construção dessa posição quanto à situação dos haitianos. Reforça a iniciativa de reunificação familiar que tem sido liderada pelo Demig para que se possa potencializar o processo de reunificação familiar que tem sido prioridade do Secretário Nacional de Justiça e da Sra. Tatyana Scheila Friedrich, Diretora do Departamento de Migrações, ressaltando a dificuldade que se tem atualmente, dado o cenário de conflito interno do Haiti, e que não estão sendo minimizados os impactos e as dificuldades para que isso seja operacionalizado, mas que cada mecanismo e cada espaço tem suas competências e atribuições. Diz que ao Conare resta entender o escopo de sua atuação e o que se espera do conselho. Passa a palavra para a Sra. Maria Clara de Paula Tusco.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** inicia dizendo que não tem a intenção de abrir um debate a respeito do tema, sobre os motivos que levaram o MRE a fazer o pedido de retirada do tema de pauta, mas que quanto aos comentários realizados a respeito do pedido sente-se na necessidade de responder. Diz que a intenção do MRE não foi o de trazer ao Comitê considerações que não são de sua competência, muito pelo contrário, trata-se de um pedido para que se tenha mais tempo para equacionar preocupações

com a aplicação da medida. Esclarece que seria uma irresponsabilidade do MRE adotar uma medida em um órgão sem que estejam plenamente confiantes em relação à aplicabilidade da medida e aos seus impactos posteriores, entendendo que uma medida tomada por um determinado órgão possui consequências e implicações para outros setores também. Coloca que o MRE está pensando na atuação do governo brasileiro como um todo, por isso a necessidade de mais tempo para que possam equacionar tais dificuldades. Diz que o MRE vem observando a situação do Haiti há vários anos e que até hoje o caminho de regularização por via da residência vem sendo adotado, acreditando que um curto espaço de tempo não será o principal empecilho para a medida implementada. Finaliza dizendo que necessitam de mais tempo para que se possa discutir de uma forma mais bem coordenada o tema, tanto internamente quanto com os demais órgãos.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** mantém a retirada do segundo ponto do Haiti da pauta, dizendo que não há necessidade de se entrar no mérito da questão, mantendo apenas o ponto a respeito da atuação do Conare quanto à população haitiana que já se encontra no Brasil. Solicita que prossigam com a aprovação da ata da 170ª reunião ordinária do Conare passando a palavra para a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** saúda a participação do Ministério dos Povos Indígenas, que também foi convidado como membro observador do Conare, na pessoa da Sra. Nayra Paye Kaxuyana Inglez de Sousa, que participa de forma online. Ressalta a importância dessa participação tendo em vista que há na pauta um ponto específico sobre as migrações internacionais indígenas. Continuando, avança para o primeiro ponto da pauta que trata da aprovação da ata da 170ª Reunião Ordinária do Conare. Indaga aos membros se há algum óbice com relação à ata, ressaltando que o texto já havia sido enviado anteriormente aos membros. Sem óbice declara aprovada a ata da 170ª Reunião Ordinária do Conare. Dando prosseguimento, avança para o ponto 2 da pauta que trata da discussão e votação de casos em bloco. Informa que originariamente havia um bloco para a extensão dos efeitos da condição de refugiado - indeferimento, o qual foi retirado de pauta para análise da DPU. Será analisada, na reunião ordinária em curso, a discussão e votação de 6 (seis) processos com sugestão de indeferimento, 13 (treze) processos com sugestão de deferimento, 3 (três) processos de apatridia com sugestão de indeferimento, 26 (vinte e seis) processos de cessação, 14 (catorze) processos de extensão dos efeitos da condição de refugiado - deferimento, 24 (vinte e quatro) processos de autorização de viagem *ad referendum*, e, também, foram incluídos os casos da força-tarefa de casos manifestamente fundados, sendo os seguintes processos com indicação ao deferimento: 3 (três) casos de mulheres e meninas em situação de corte ou mutilação genital feminina, 2 (dois) casos de GGVDH -

Síria e 5.014 (cinco mil e catorze) casos de GGVDH - Venezuela. A Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros questiona se alguém teria algum processo para destaque, alguma consideração ou se poderia seguir para votação. Em seguida passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** questiona se os casos de cessação seriam todos por naturalização.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** responde que sim, que os casos de cessação seriam pela obtenção da naturalização.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** diz que a Defensoria não teve acesso a uns 3 (três) ou 4 (quatro) processos de cessação.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** diz que, posteriormente, haviam enviado os outros processos de cessação para a Defensoria Pública da União, mas que todos os casos se tratavam de obtenção da naturalização. Prosseguindo, coloca os blocos em votação e não havendo óbice declara aprovados todos os blocos mencionados na pauta. Ato contínuo, abre a discussão do ponto 3 (três) da pauta a respeito do Haiti, em que dos 2 (dois) pontos a serem discutidos um já fora retirado de pauta, prosseguindo com a discussão do Plano de Ação para o Fortalecimento da Proteção e Integração Local da População Haitiana no Brasil, que será lançado no dia 20 de junho de 2023, Dia Mundial do Refugiado, no Ministério da Justiça e Segurança Pública e acredita que os presentes na reunião já receberam os convites. Finalizando sua fala, passa a palavra para a Sra. Sheila Santana de Carvalho, caso queira realizar alguma consideração a respeito do ponto em discussão.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e inicia sua fala afirmando que desde janeiro, quando assumiu essa nova posição no Conare, há uma atenção especial para a população afrodescendente, dentre elas a população haitiana. Dessa forma, em janeiro foi lançado um Programa de Aceleração de Políticas de Refúgio para Pessoas Afrodescendentes, por meio do qual já foi possível criar algumas iniciativas no âmbito do Conare, seja o Observatório da violência contra migrantes e refugiados, seja no reconhecimento de mulheres que sofreram corte ou mutilação genital feminina, seja a questão recentemente adotada sobre a população LGBT que vem de países que criminalizam a sua vivência e agora o próximo avanço que se pretende é para a população migrante ou refugiada negra, presente no Brasil, que necessita de uma proteção maior. É conhecido o desafio em relação à população haitiana e também os desafios que estão enfrentando dentro de seu país de origem. Diz que não pretende adentrar o tema tendo em vista que houve uma reunião específica a respeito do Haiti, na qual se tratou dos conflitos internos do país, assim como dos desafios que a população haitiana enfrenta para estar e

permanecer no Brasil. Tendo isto como base e a proposta do Acnur, foi desenvolvido um plano a ser implementado em médio e longo prazo de atenção para essa população no Brasil, o qual, atualmente, centraliza-se em 4 (quatro) eixos: 1. realização de diagnósticos sobre o acesso a direitos e oportunidades por essa população no Brasil, sendo possível notar que as informações ainda são rudimentares a respeito de como tal população vem vivendo no Brasil, para tanto, pretendendo-se realizar estudos qualificativos e diagnósticos aprofundados para que se possa fazer melhorias nas políticas públicas para essa população; 2. Promoção do acesso ampliado a respostas humanitárias e mecanismos de recepção e documentação, o qual visa à garantia de acesso a mecanismos de recepção humanitária, a ampliação do acesso à documentação para proteção internacional e também a ampliação do direito à unidade familiar; 3. Fortalecimento de estratégias de integração socioeconômica, sendo o coração das políticas públicas a serem adotadas para essa população como atividades e programas de acesso ao trabalho, empreendedorismo ou outras formas de geração de renda, reforça também que a questão da língua é central e comenta que liderou diversas iniciativas a respeito do acesso ao ensino da língua portuguesa para migrantes, acreditando que há necessidade de potencialização de políticas públicas a nível nacional que tenham como escopo o acesso ao ensino da língua da população haitiana. Reforça que se trata de medidas de proteção específicas para uma população negra que necessita de proteção internacional e que muitas vezes é escanteada por outras nacionalidades e pelos mecanismos de proteção de direitos. Sendo assim, o programa é um direcionamento ao enfrentamento do racismo, xenofobia e outras formas de violência a que essa população está submetida no Brasil, havendo a possibilidade de se coordenar com outros ministérios para que seja possível potencializar as políticas de acesso a direitos; 4. Fortalecimento e apoio a estruturas comunitárias, em que o tempo de gestão no Conare é limitado, assim como a do próprio governo, mas um dos legados que se pode deixar é a criação de redes fortes, de estruturas comunitárias lideradas por pessoas haitianas para que no futuro possam servir como mecanismo de reivindicação de direitos, reforçando a participação social desta população. Os 4 (quatro) eixos descritos são o ponto de partida para que se possa esmiuçar ações e agendas que estão sendo construídas pela Coordenação-Geral de Políticas Migratórias, Coordenação de Políticas de Refúgio, outras esferas dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, assim como de outros ministérios. Passa a palavra para a Sr. Davide Torzilli e para a Sra. Sílvia Sanders e agradece ao Acnur pelo desenvolvimento dessa iniciativa.

O **Sr. Davide Torzilli** inicia dizendo que o exposto pela Sra. Sheila Santana de Carvalho foi uma descrição completa a respeito do plano e que gostaria de parabenizar o governo brasileiro pelo reconhecimento da necessidade de

proteção e por pensar nos desafios de integração local que existem para a população haitiana. Diz que essa iniciativa tem todo o apoio do Acnur e destaca a importância da necessidade de proteção das pessoas em primeiro lugar e acredita que esse plano de ação realmente faz isso. Como já foi colocado em outras situações e como se pronunciou o Alto Comissário sobre o Haiti, ao longo dos últimos anos, fazendo um chamado para que se receba a população haitiana, garantindo sua proteção e não os devolvendo para o contexto de violência e de violações de direitos humanos que existe no Haiti, confirma o seu apoio e parabeniza a iniciativa do plano.

A **Ir. Rosita Milesi** diz que não tem conhecimento se, na elaboração do plano, houve a participação de haitianos e sugere que se debata o plano com um grupo representativo desta população, dado que há lideranças muito ativas no Brasil e que estão aqui há muito tempo. A iniciativa as fará sentir que irão contribuir e motivar os haitianos a participar desse processo, já que há muitas organizações sólidas de imigrantes haitianos atuando no Brasil e acredita que uma reunião com lideranças de vários estados com pessoas atuantes poderá ter um efeito muito positivo.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** diz que em março esteve com vários coletivos que atuam na agenda de haitianos no Brasil, na sede da Uniafro Brasil, em encontro mediado pelo CRAI-SP, em um processo de escuta e diálogo que acredita ter sido a gênese do que foi sugerido pela Ir. Rosita Milesi, para além das lideranças haitianas que participaram ativamente no GT de promoção de direitos criado no âmbito das discussões sobre a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. Ressalta que o Conare tem sido utilizado não somente para analisar pedidos de refúgio, mas para pensar em que condições estas pessoas permanecerão no Brasil, pensando, assim, no processo e na devida acolhida humanitária, possibilitando o acesso a direitos para essa população e diversas outras. Nesta plenária o enfoque é a população haitiana que vem sendo preterida em outras agendas migratórias pelo mundo e sabe-se do peso que o racismo possui nessa exclusão e como é importante se ter um olhar racializado e direcionado para essa população. Para além disso, tudo o que será criado de estrutura para atender a população haitiana também pode ser utilizado para atender as demais nacionalidades, de outros fluxos migratórios. A acolhida real reflete o que está sendo discutido nas reuniões sobre Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.

O **Sr. Alex André Vargem** saúda os presentes e inicia dizendo que, vendo os eixos trazidos, lembrou-se do caso de xenofobia ocorrido em 2015, que foi o assassinato de um haitiano no sul do país, Sr. Fetiere Sterlin, e que agora em 2023 está sendo possível dar respostas à toda população haitiana de que há necessidade de criação de programas que contemplem este grupo. Lembra

que em São Paulo há a ocupação Jean-Jacques Dessalines composta por migrantes haitianos que se juntam ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto para ter incidência nas políticas públicas. Por isso, a importância dessa ação do Conare, para que se possa, por meio de suas associações, fortalecer os haitianos para que se tornem agentes multiplicadores dentro de suas respectivas comunidades, por mais que existam desafios por ainda não possuírem a robustez jurídica do ponto de vista de CNPJ, estatuto, ou a engenharia financeira que os possibilite fazer as reivindicações, fora a rotatividade das lideranças. Finaliza parabenizando a iniciativa.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** diz que a parceria que está sendo desenvolvida junto com o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania será fundamental para o avanço nas políticas pretendidas.

O **Pe. Marcelo Maróstica Quadro** parabeniza o Conare pela iniciativa de pensar nesse plano de médio e longo prazo e convida a se fazer uma experiência de pensar futuramente em agendas de outras nacionalidades, reconhecendo, enquanto sociedade civil, do grande desafio da integração local. Por mais que haja o respaldo documental, acesso à educação e ao curso de português, o grande desafio permanece sendo a integração socioeconômica no mercado de trabalho. Retomando o que o Sr. Alex Vargem falou sobre as ocupações de São Paulo, pensar na integração socioeconômica é também pensar na realidade da moradia, que é um grande desafio para todas as populações e principalmente para as populações migrantes afrodescendentes que vivem nas ocupações, favelas ou até em situação de rua. Destaca sua preocupação com o eixo Fortalecimento da estratégia, que tem como maior desafio o envolvimento dos atores governamentais e do setor privado, por se tratar de uma área em que pouco se avança. Enquanto sociedade civil, muitas vezes se busca o empreendedorismo como um espaço e geração de renda mais sustentável e que produza frutos, contudo essa não é a única possibilidade, acreditando que o desafio nesse eixo realmente é envolver atores governamentais e do setor privado.

A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** fala sobre a questão dos haitianos dispondo que a política do Demig, desde que assumiu no início do ano, tem a perspectiva de que o trabalho não é sobre migrantes, nem para migrantes ou de migrantes, mas sim com os migrantes e foi dessa forma que se construiu o trabalho a respeito da reunião familiar, sendo de extrema importância garantir a participação social e cidadã dos próprios migrantes. Quanto à questão da educação, no que diz respeito ao projeto Haiti, tem-se a perspectiva da formação dos migrantes para além da língua portuguesa, mas com as crianças filhas de haitianos nas escolas, onde sofrem muitos problemas com a língua. Há também os casos de crianças que são diagnosticadas com neurodiversidade, quando apenas estão com dificuldade

de se expressar em língua portuguesa, ou pela xenofobia que enfrentam nas salas de aula, já que essa é a realidade do Brasil. É preciso também falar da crescente demanda por revalidação de diplomas de ensino médio, que se encontra pulverizada pelas secretarias estaduais. Em algumas secretarias é mais fácil revalidar o diploma de ensino médio, já outras solicitam diplomas e histórico escolar legalizado, dificultando a entrada no ensino superior. Há também a necessidade de incentivar as faculdades a fazerem ações afirmativas para haitianos, que são migrantes por acolhida humanitária. Ressalta estas pautas exigem diálogo intergovernamental, reforçando a comunicação e apoio entre os ministérios para retomar a temática de migrantes refugiados na abordagem *whole of government*. Retoma a questão tratada sobre os haitianos que têm vivido em ocupações, dizendo ser necessário abordar o direito da cidade, direito à moradia digna. Além disso, fala também sobre a violência contra haitianas perpetuada pelos próprios companheiros, sendo uma realidade atual nas delegacias das mulheres. Cita o projeto da UFPR chamado AMMAR (Aliança das Mulheres Migrantes, Apátridas e Refugiadas), e diz que as haitianas sofrem violência em seus trabalhos por serem migrantes, mulheres e negras. Outro ponto é a respeito da saúde, sobre o qual se tem recebido muitas denúncias no Fala.BR, dado o não atendimento dessa população nos postos de saúde, sendo preterida por brasileiros que são passados na frente na fila, além de denúncias de racismo e xenofobia por parte da equipe de atendimento, fazendo-se necessário manter um diálogo com o Ministério da Saúde, aspecto que já fora debatido no Grupo de Trabalho de Política Migratória. Para finalizar, destaca a importância de se trabalhar juntamente com os haitianos, mas também é importante os auxiliar a se organizarem. A organização deve ser autogestada, mas os ministérios podem disponibilizar, por exemplo, modelos de contrato social de organizações e formas de se registrar o contrato. Por fim, faz referência a um evento a respeito da organização de trabalhadores migrantes e refugiados no qual foram apresentadas iniciativas dos Estados Unidos da América e da América Latina que podem se transformar em projeto piloto futuramente.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** diz que são ações mais do que necessárias e que são vários os desafios que se tem para a Esplanada como um todo, e não só para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Destaca que são pontos relevantes e desafiadores por depender, também, de uma posição do Congresso Nacional, da Senajus e do Gabinete do Ministro, pois se tem tentado emplacar algumas agendas de reforma legislativa para a população migrante, por isso a necessidade de todos trabalharem juntos para avançar dentro dessa agenda. Agradece a presença da Sra. Tatyana Scheila Friedrich e pelo trabalho que está sendo realizado no Demig, pelas construções e transformações que estão propostas a realizar e à Senajus que tem se engajado na agenda de migração.

A **Sra. Marina Moreira Costa Pittella** diz que o Ministério da Saúde está alinhado com a fala da Sra. Sheila Santana de Carvalho no que diz respeito ao trabalho do Conare ir além e pensar no acolhimento dos refugiados e que o Ministério da Saúde está implementando um grupo de trabalho com todas as secretarias internas para a formulação de uma política de saúde pública para migrantes e refugiados. Quanto à parte normativa está coberta, porém a dificuldade se encontra na aplicação no Sistema Único de Saúde (SUS), em que as responsabilidades são compartilhadas entre estados e municípios, além das dificuldades enfrentadas pelos municípios fronteiriços. Sabe-se das pressões e da questão orçamentária que pode não corresponder à demanda por causa da população de cidades gêmeas e são problemas dos quais estão cientes e querem tratar. Aproveita a oportunidade para dizer que o Ministério da Saúde está participando da Conferência Global da OMS sobre a promoção de saúde de refugiados e migrantes e que espera que na próxima reunião possa atualizar o Comitê sobre o que foi desenvolvido. Por fim, recorda que dentro do Ministério da Saúde há políticas específicas para a saúde da população negra.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** ressalta a importância das questões abordadas e compartilha que já esteve no Ministério da Saúde com os setores que cuidam da atenção primária e da atenção à mulher, pois é necessário priorizar essa agenda e se coloca à disposição para as construções que se fizerem necessárias. Sugere que seja criada uma central de traduções para que os agentes de saúde e pessoas que trabalham no SUS consigam acionar quando chegar alguém que não fale português e esteja precisando de atendimento. Pontua que há tal estrutura em alguns órgãos do judiciário para realizar audiências, sendo uma central de tradutores por meio de plataformas eletrônicas como, por exemplo, o *Skype* e o *Microsoft Teams*. Nos atendimentos do SUS essa tecnologia facilitaria a comunicação com um intérprete ao invés de se ter 10 (dez) tradutores em cada hospital, de cada cidade do país. Compartilha, ainda, que esteve em São Paulo com o Acnur para firmar um termo de parceria do Acnur com o Fórum de Empresas LGBTs, com a possibilidade de criar vagas de emprego destinadas à população refugiada LGBT, iniciativa importante a nível de política e que dialoga com a medida aprovada pelo Conare de reconhecimento *prima facie* de pessoas LGBTs que venham de países que criminalizam suas existências. Diz que durante o lançamento do relatório Tendências Globais do Acnur, relatório que recomenda a leitura, pois faz um diagnóstico da situação dos refugiados no mundo, também foi estabelecido o contato com empresas para refugiados do Pacto Global da ONU, que quer pensar essas medidas de acesso a emprego e de empreendedorismo para a população refugiada. São ações que passam pelo Conare e que auxiliam na criação de políticas públicas para atender essa população.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** parabeniza o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Acnur pela elaboração do plano que reforça a necessidade de se ir além da regularização migratória e de se pensar juntos políticas para o acolhimento e efetiva integração dessa população no Brasil. Quanto a esse tema no MRE, é priorizado o Haiti tanto na atuação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, agora como membro não permanente, quanto por meio da Agência Brasileira de Cooperação, que tem priorizado o país nas ações de novas iniciativas de cooperação bilateral, além de outros arranjos triangulares também.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** ressalta a importância do mencionado, pois em relação ao Haiti não é apenas um reconhecimento pela questão humanitária, mas de um cenário de vários desafios que necessitam do engajamento de várias áreas de cooperação internacional, não só do Brasil. Tem-se observado as posições da ONU, de diversas comissões, comitês e conselhos, alguns estão até na proposta de nota técnica para estar no radar de atenção, por ser uma questão além da migração e que se espera que haja um engajamento de toda comunidade internacional a fim de possibilitar uma sociedade mais desenvolvida e humana para população que ali ainda reside.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** faz um registro da satisfação com o plano e o engajamento da atual gestão do Conare com o desenvolvimento de políticas públicas de refúgio, algo que nas gestões anteriores não havia sido tão trabalhado. Relata que dentro da Defensoria Pública da União há um núcleo de tradução e que estão à disposição para contribuir com a central que foi mencionada. Como se trata de uma rede, já se tem uma parceria com a UNB, o que permite ter acesso a várias línguas, assim, é possível que por meio de um acordo de cooperação seja possível ampliar para torná-la mais robusta.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** diz que é uma iniciativa a ser pensada ressaltando a necessidade de se ter intérpretes em espanhol no hospital de Pacaraima, por exemplo, o que é uma demanda conhecida, mas que, apesar de outras não se fazerem tão urgentes, pode ser que surjam e por isso é interessante a existência dessa central de tradutores.

A **Sra. Tatyana Scheila Friedrich** compartilha que a Cátedra da UFPR fez em média 20 (vinte) traduções de cartilhas do Ministério da Saúde e, por isso, entende que há um potencial muito grande de já haver material pronto, tendo em vista toda a rede da Cátedra Sérgio Vieira de Mello e as universidades que não possuem Cátedra, mas que realizam ações afirmativas para refugiados e migrantes. Compartilha que na Universidade Federal do Paraná os seus orientandos já trabalhavam nessas cartilhas como ação de extensão para horas complementares.

O **Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero** inicia sua fala dizendo que, em

decorrência da reunião ordinária do mês anterior, será feito, no dia 10 de julho, às 15 horas, o lançamento do Programa de Português como Língua de Acolhimento. O evento será transmitido, inclusive com algumas falas em crioulo que serão conduzidas pelo professor Handerson Joseph, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O *release* da atividade será elaborado na próxima semana e a divulgação será realizada pelas redes sociais do Ministério da Justiça e Segurança Pública e também através das redes sociais do professor Handerson Joseph para a população haitiana, que é o foco. Será uma oportunidade para tratar do programa tanto pela parte da comunidade haitiana, quanto pelo método do curso que será conduzido pelo professor João Fábio, que esteve presente na reunião passada. Diz que quando o material estiver pronto será disponibilizado para que os colegas do Conare possam acompanhar.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e diz que acredita ser essa a primeira ação concreta relacionada ao plano e que o Demig também está realizando ações que dialogam com o plano estabelecido. A ação é fundamental, pois não envolve apenas o acesso à língua, mas também um processo de fortalecimento da comunidade haitiana formando multiplicadores e replicadores da ação.

A **Sra. Michele Corbi** inicia parabenizando o Comitê pelas políticas públicas desenvolvidas e pelo alinhamento entre os ministérios. Quanto à tradução diz ser necessário não só para acesso a serviços básicos, como acesso à saúde e educação, mas também para fins de acesso à justiça, como no momento em que as pessoas sejam levadas a uma audiência ou alguma situação que as façam ter que se apresentar perante alguma autoridade de justiça. A título de exemplo, cita que em São Gabriel da Cachoeira a Defensoria Pública tem intérpretes de diversos idiomas indígenas, por ser um município com ampla variedade de etnias. Assim a DPE conta com intérpretes desses idiomas e do espanhol por conta do fluxo de venezuelanos e colombianos que migram para o município.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a participação da Sra. Michele Corbi e reforça que o exemplo de São Gabriel da Cachoeira é interessante, podendo ser pensada uma central que contemple o acesso à saúde e à justiça a ser desenvolvido de forma interministerial e com as instituições, sistemas de justiça e agências.

A **Ir. Rosita Milesi** diz estar satisfeita com a discussão realizada e sobretudo com o grande avanço em relação à população haitiana. Sobre a questão dos intérpretes, ressalta que em muitos casos os próprios haitianos, que já tenham um domínio suficiente da língua portuguesa, solicitam que sejam aproveitados como intérpretes, pois são pessoas que têm a capacidade de transmitir com precisão aquilo que está sendo traduzido, principalmente em

situações delicadas, como é o caso de um atendimento médico ou uma audiência para a decisão de um processo judicial. A precisão e o entendimento dos termos que são próprios daquela cultura e/ou idioma falado são elementos fundamentais. Trouxe como exemplo o caso de um haitiano que ficou preso durante 1 (um) ano e 7 (sete) meses, pois não entendiam, ou entenderam mal, as respostas que o acusado deu e ele só foi liberado quando um jovem que tinha o domínio do crioulo foi o intérprete no caso. Há poucos meses, em Brasília, teve um chamado em uma UPA em que uma pessoa árabe havia sido levada em situação delicada de saúde e os profissionais não conseguiam fazer o atendimento, já que a paciente não entendia e não aceitava os tratamentos que queriam realizar. O diálogo só foi estabelecido quando chegou uma estagiária síria, que já estava há certo tempo no Brasil, e serviu como intérprete. Por isso, a necessidade de que pessoas, que tenham o idioma como nativo e com uma certa compreensão do português, possam ser chamadas a integrar o grupo de intérpretes, já que a precisão de termos é essencial, em particular, nessas circunstâncias mais delicadas. Lembrou que há um projeto de lei no Congresso Nacional que trata da obrigatoriedade do Estado colocar à disposição intérpretes onde são atendidos os migrantes, contudo, ressalta que o projeto não tem tido andamento e há a necessidade de ver como vai se desenvolver, pois já houve a participação de vários atores, como a DPU, MP, IMDH, participando da elaboração da proposta que está desde 2020/2021 no Congresso Nacional.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a participação e destaca a importância de se colocar o projeto dentro das prioridades legislativas. Saúda, ainda, a iniciativa do Deputado Pastor Henrique Vieira que propôs um projeto de lei que prevê que vagas ociosas nas universidades sejam direcionadas para refugiados, um projeto similar ao que foi apresentado pela Deputada Dani Monteiro, no Rio de Janeiro. Reforçou, por fim, o convite para o lançamento do PLAC, que será realizado no dia 10 de julho de 2023, às 15 horas. Agradece o apoio do Acnur, que possibilitou a estrutura suficiente para que essa iniciativa seja lançada. Passa, então, para o próximo ponto da pauta, referente à análise de conjuntura – migrações internacionais indígenas no Brasil.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** inicia o assunto dizendo que o Acnur e o Ministério dos Povos Indígenas, que participarão de forma *on-line*, farão um panorama. Diz que essa será uma discussão que se iniciará e não se findará nessa plenária e que é um assunto do qual o Comitê vem sendo demandado pelos estados federativos que estão recebendo um grande fluxo de migrantes Warao. Tais migrantes chegam voluntariamente por Roraima e acabam alcançando outros estados que não têm *expertise*, não só no atendimento de população migrante, como também de população indígena, e a

interseccionalidade de população indígena, migrante e refugiada tem sido um desafio para todos. Assim, a ideia é conhecer melhor o que está ocorrendo nessas regiões para saber como lidar no âmbito do Comitê.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** diz que o Sr. Gabriel Calil Maia Tardelli, do Acnur, dará um panorama atual sobre a questão e falará sobre a história das migrações internacionais indígenas no Brasil. Passa a palavra agradecendo a disponibilidade do alto comissariado em contribuir nesta pauta.

O **Sr. Gabriel Calil Maia Tardelli** inicia se apresentando como antropólogo e diz que atualmente trabalha como associado de campo no escritório do Acnur, em Brasília, e que tem trabalhado há algum tempo com a população Warao e outras etnias indígenas que se deslocaram da Venezuela. Sua ideia é apresentar de maneira breve o panorama complexo de deslocamento de pessoas indígenas refugiadas migrantes que saíram da Venezuela e vieram para o Brasil em busca de proteção e melhores condições de vida. Coloca que fala-se, sobretudo, a respeito da população Warao, mas ressalta que há outras etnias no Brasil que vieram da Venezuela, como os Eñepás, Taurepangs, Cariñas. Atualmente, o Acnur calcula que haja cerca de 9.000 (nove mil) indígenas refugiados e migrantes, sendo um número significativo, principalmente considerando-se outras etnias que vivem no Brasil. Apenas da população indígena Warao, que talvez seja a população mais conhecida pelos presentes, estima-se que há pelo menos 7.000 (sete mil) pessoas em praticamente todos os estados brasileiros, concentrados na região norte do país, onde existem, aproximadamente, 2.000 (duas mil) pessoas da etnia Warao, principalmente, no estado de Roraima. Destaca que os desafios que essa população enfrenta são muitos; desde barreiras linguísticas, assim como outras populações refugiadas, mas que, em se tratando de populações indígenas, os desafios são acentuados por sofrerem, dentre outras questões, racismo e xenofobia, sendo uma população duplamente afetada acentuando suas vulnerabilidades. Os Warao são a segunda maior etnia da Venezuela, com cerca de 49.000 (quarenta e nove mil) pessoas no último censo venezuelano. Mesmo estando mais concentrados na Venezuela é importante ter-se em mente que essa é uma população que já vivia há séculos na Guiana, no Suriname e, eventualmente, até na Guiana Francesa. Apesar dos desafios enfrentados pelos Warao se assemelhar aos enfrentados pelos povos indígenas na América, inclusive no Brasil, em termos de invasão de seus territórios, processos de desterritorialização e deslocamento, o foco nesse momento é na população Warao que possui inúmeros desafios na vinda para o Brasil. A palavra Warao é traduzida como povo das águas, povo das canoas, que remete ao Delta do Orinoco, especialmente, no estado de Delta Amacuro, Monagas e Sucre, na Venezuela. Na região de Mabaruma, na Guiana, há a presença secular de indígenas Warao, que em alguns casos se deu pela saída

dessa população da Venezuela por perseguição política e por grupos armados, sobretudo vinculados à mineração, ou mesmo por buscarem melhores condições de vida, atendimento médico ou medicamentos. No tocante ao deslocamento indígena, no caso em questão da população Warao, os efeitos de uma crise no estado, de alguma ação ou omissão estatal são fundamentais para impulsionar uma maior intensificação desses deslocamentos, contudo, muitos desses deslocamentos se dão em um processo histórico de longa duração. Antes da população Warao chegar ao Brasil, essa população começou um deslocamento pelos centros urbanos venezuelanos indo para Caracas, Barrancas e Tucupita dentre outros. No entanto, ocorreu uma série de eventos críticos que praticamente dizimaram essa população. Na década de 1930, houve vários empreendimentos petrolíferos nos territórios pertencentes aos indígenas, assim como a extração de madeira na década de 1950 e empreendimentos agrícolas desastrosos na década de 1960 que ocasionaram a inundação de diversas comunidades indígenas. Houve também o fechamento do Caño Manamo (1960) e a epidemia de cólera, que é algo corriqueiro no contato entre os indígenas e não indígenas. Apesar de todos esses acontecimentos, a população Warao tem um número muito grande de pessoas, sendo a segunda maior etnia da Venezuela, e verifica-se no Brasil através de pesquisas estatísticas e quantitativas que estão sendo realizadas, certamente, que a etnia Warao é a maior que vive em território brasileiro, inclusive com crianças que já nasceram no Brasil. No que diz respeito ao deslocamento dos Warao para o Brasil, assemelha-se ao deslocamento dos venezuelanos com algumas diferenças que devem ser levadas em consideração. A primeira pelo fato de se tratar de uma população indígena que, portanto, carrega costumes e tradições que muitas vezes são deixados para trás, mas que ainda que venham a viver em um espaço que não aquele da região dos Caños tentam, a duras penas, reproduzir seu modo de vida e manter a sua cultura, sua língua e seu sistema de crenças. O Acnur tem registrado um fluxo Warao mais intenso a partir de 2016. São pessoas que tiveram seus territórios acometidos pelos empreendimentos, muitos vieram perseguidos por mineradores, garimpeiros, por questões de empreendimentos estatais desastrosos, falta de alimentos, pela busca de medicamentos, sendo estas, geralmente, as narrativas dos Warao para contar como era a vida lá, o que ficou para trás e os motivos que os fizeram vir para o Brasil, buscando, principalmente, uma proteção internacional para que se sintam melhor acolhidos no país que escolheram para viver. Segundo um painel do Acnur de acesso público, são aproximadamente 9.625 (nove mil seiscentos e vinte e cinco) indígenas refugiados no Brasil. A população Warao é a que está em maior quantidade, aproximadamente 7.000 (sete mil) indivíduos. Os desafios estão além do acolhimento nas fronteiras de Pacaraima e depois no abrigo Janokoida, em Boa Vista, e em estados do Norte

a partir da operação que foi elaborada e implementada para dar uma resposta emergencial e humanitária para o fluxo venezuelano, pois a despeito disso as pessoas continuam se deslocando para outras regiões do Brasil e vivem uma espécie de eterno retorno, uma vez que os desafios e as vulnerabilidades continuam se acentuando.

O **Sr. Gabriel Calil Maia Tardelli** continua sua fala dizendo que trabalho que o Acnur assim como os parceiros tentam realizar apoiando as redes locais de assistência social, de proteção, de saúde e educação é para que essas pessoas possam ser bem acolhidas. Reforça que essa é uma população duplamente afetada por serem refugiados, migrantes e indígenas trazendo diversas complicações como, por exemplo, o acesso à saúde onde são vistos apenas como venezuelanos e não como indígenas e, em outras instâncias, não são vistas como migrantes. Relata que houve casos em que os Warao buscaram atendimento no SUS e foram orientados a procurar o subsistema de saúde por serem indígenas, mas que, ao chegarem lá, são indicados a voltarem ao SUS para atendimento por não serem indígenas brasileiros, fazendo com que essas pessoas fiquem no limbo. Aborda, ainda, que o parentesco para a população Warao está diretamente vinculado à organização política. Os indivíduos da geração do pai são considerados pais e o mesmo para as mães e filhos. Como em alguns casos os pais faleceram ou deram aquela criança em guarda, para os responsáveis pela guarda daquela criança, seja na Venezuela ou no processo de deslocamento, é comum que uma coletividade muito mais ampla do que os pais biológicos e o que o núcleo familiar seja responsável por aquela criança. Na Venezuela, existe uma figura chamada *aidamo*, que tradicionalmente era o sogro, ele gerenciava os serviços da casa, a colheita. Junto com a sogra tinha um papel fundamental por serem um casal fundacional. No processo de deslocamento houve uma resignificação desses papéis. Então, o *aidamo* se tornou o que, por vezes, no Brasil se chama de cacique. Seria essa liderança que faz a intermediação entre as instituições, que fala um pouco melhor a língua do estado, e que, de certa forma, possui a simpatia desses atores. Isso pode gerar uma série de problemas, pois a expectativa de se ter uma figura representativa de toda uma coletividade vai surtir efeitos. O que se vê, na verdade, é uma série de conflitos comunitários pela pessoa que é acionada para ser a liderança, pois ela não necessariamente é representativa de uma coletividade. Há, atualmente, a aproximação de lideranças indígenas Warao do movimento indígena brasileiro, da FUNAI, do MPI, da APIB, de toda a agenda do movimento indígena, apropriando-se de ferramentas jurídicas de proteção à população indígena, como é o caso da Convenção nº 169 da OIT, o que, de alguma forma, resignifica, novamente, a figura do *aidamo*. Acredita ser muito interessante, pois todas as vezes que se trabalha com o processo de escuta dentro do processo de consulta é importante levar em consideração as figuras de representação política e todos

os conflitos e todas as configurações inerentes a essas comunidades e famílias. Acrescentou que as mulheres têm papel fundamental, dessa forma, é possível notar no Brasil a presença de mulheres aidamo, de pessoas da população LGBTQIA+ aidamo, figuras que tem assumido um papel muito importante de protagonismo nesse diálogo com as instituições e no fortalecimento das comunidades. Continuando, diz que o ponto que considera fundamental quando se fala de população em deslocamento é a situação de uma população que saiu de seu território tradicional e está indo para a cidade, no caso dos Warao, e acabam sendo alocados espontaneamente em periferias onde sofrem todas as vulnerabilidades que outras populações periféricas enfrentam no Brasil. Assim, os jovens dessas populações inseridos nesse contexto são alvo de organizações criminosas que fazem com que essas pessoas se tornem dependentes de drogas, álcool e observando-se muito o uso do álcool relacionado a problemas de saúde mental. Complementa dispendo a respeito do significado da palavra janoko, que é uma casa onde seria o lugar de se colocar a rede, semelhante ao que é a palafita no Brasil. Já a rua, ao contrário do que se pensa ao ver os Warao nas ruas e praças públicas, não é necessariamente um espaço onde gostariam de estar por ser perigoso, por estarem sujeitos a abordagens policiais violentas, conflitos comunitários ou contato com brasileiros que exerçam a prática de discursos racistas e xenofóbicos. Justifica que tratou desse ponto por ser comum aos Warao, quando se deslocam, pedir ajuda e alimentos nas ruas, sendo feito, geralmente, por mulheres e crianças. Tal ação gera uma série de problemas, não só para essas mulheres e crianças que estão em risco, mas também para os órgãos, como o conselho tutelar, que não compreende o que ocorre. Essa situação não é cultural, nem um essencialismo que faça parte da cultura dessas pessoas. Em suas pesquisas pode perceber que a população sente vergonha e sobretudo medo de estar nas ruas, recorrendo a essas práticas pela falta de políticas públicas que possibilitem a geração de renda e autonomia dessas pessoas. Explica a coleta como se fosse uma adaptação cultural, que era uma interpretação dada pela antropologia venezuelana, mas não é uma visão correta, pois a prática de pedir doações nas ruas existe em função de uma série de vulnerabilidades e violências que ocorrem nos espaços urbanos. Assim, é notável a carência de um espaço que é considerado por essa população como casa, de reprodução sociocultural daquela família extensa, que tem em média de 30 (trinta) a 100 (cem) pessoas, fazendo com que essa população permaneça em situação de rua e recorrendo à prática de pedir ajuda e doações nas ruas, catar latinhas e outros serviços informais e se encontrando em maior vulnerabilidade. Sintetizando os desafios enfrentados por essa população, destaca racismo e xenofobia, que são os mesmos enfrentados por outras populações indígenas no Brasil; barreiras linguísticas e culturais; dificuldade de acesso ao mercado de trabalho; problemas de saúde

mental, que não acometem só a população indígena, mas também outras populações refugiadas e migrantes; reestruturação política e de parentesco tradicionais; dificuldade de acesso à informação e desconhecimento sobre serviços e fluxos de atendimento, que não acomete só indígenas, mas qualquer pessoa que busque o acolhimento internacional; desconhecimento sobre seus direitos; desconhecimento de políticas públicas e das redes de acolhida sobre direitos e vulnerabilidades; fragmentação de redes de apoio familiar ou comunitárias no país de acolhida; dificuldades enfrentadas no processo de deslocamento e chegada ao país; medo da deportação; dificuldade de acesso à regularização documental, já que essas pessoas geralmente não compreendem esses documentos, pois, frequentemente, o primeiro contato com o documento é no Brasil. Tal perspectiva é necessária para que possam ser dadas respostas mais qualificadas e culturalmente sensíveis à essa população, já que, por um lado, enfrentam desafios semelhantes às outras populações de refugiados e, por outro, enfrentam desafios relacionados à essa identidade composta por inúmeras camadas. É preciso levar em consideração que não são só uma população refugiada migrante, mas também uma população indígena muito específica e não se trata de uma população homogênea. São 49.000 (quarenta e nove mil) pessoas e, portanto, muito heterogêneas, com diferentes perfis, de comunidades distintas, ainda que falem uma mesma língua, mas com um pouco de variações linguísticas, perfis diferentes e vindas de localidades diversas. Ressaltando a importância de levar em consideração tanto os aspectos culturais quanto os aspectos da heterogeneidade dessa população, foi destacada a necessidade de entendimento do que são indígenas refugiados ou migrantes, que são pessoas que se deslocaram por uma série de questões identitárias e um processo histórico de longa duração. Tais pessoas não são nômades, mas saíram de seus territórios por uma necessidade ou por terem sido obrigadas a sair e isso somado ao fato de serem indígenas. Dessa forma, todos os documentos internacionais e legislação nacional pertinente à população indígena também contempla essa população que se deslocou e busca no Brasil o refúgio. Finaliza sua fala agradecendo, com a expectativa de ter contribuído para a compreensão e fica à disposição.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e comenta que o exposto dá um contexto fundamental para se ter como ponto de partida para a discussão de políticas de atenção à essa população.

A **Sra. Sra. Nayra Paye Kaxuyana Inglez de Sousa** inicia sua fala ampliando a discussão para refugiados e migrantes, não restringindo essa população indígena aos Warao. Relata que o MPI está tentando uma iniciativa com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para o diálogo de conceitos, sobre como localizar essa população nesse contexto de crise humanitária que tem sido vivida. Desde antes da pandemia, as organizações do MPI têm tido

contato com a população Warao, incluindo-os no plano de enfrentamento do Covid-19. Junto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério dos Povos Indígenas pretende pensar em ações concretas e políticas públicas que incluam essas populações. Como falado anteriormente, no que diz respeito às situações enfrentadas pela população indígena brasileira e que são similares às que a população Warao e outras etnias enfrentam, há a situação das fronteiras e sobre o que essa identidade significa, o que são povos indígenas refugiados e povos indígenas migrantes. Então, há o desafio de fechar esses conceitos e desenvolver políticas públicas no tocante à saúde e educação que acabam sendo passadas de um órgão para outro fazendo com que nem o município, o estado ou a federação consiga resolver tal demanda, sendo necessário entender qual seria o órgão competente para tanto. Por isso o MPI vem atuando junto com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o Sr. Gabriel Calil Maia Tardelli, e as organizações que estão atendendo esta população para serem feitas essas ações. Relata que o MPI tem tentado realizar um Grupo de Trabalho Warao para entender essas situações. Complementa dizendo que tem o Conare como um espaço de discussão para pensar na população indígena que está no contexto de fronteiras.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** pontua que o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem tido alguns diálogos com o Ministério dos Povos Indígenas, juntamente com o Demig e Conare, acreditando ser importante estreitar os processos de contribuição.

O **Sr. Alex André Vargem** reflete a respeito de outros grupos migrantes no Brasil que estão em contextos urbanos. Quando se fala de migração indígena no Brasil, seja na condição de refugiados ou migrantes, não se pode deixar de destacar os quéchuas, aymarás e bolivianos que têm feito um trabalho importante nas últimas décadas, trabalho esse que remete ao que foi falado sobre a questão dos haitianos, constituindo seus mecanismos e associativismos próprios para fazer as reivindicações perante o estado brasileiro. Ressaltou, também, outras populações indígenas como os salasacas e otavalinos, do Equador, que estão presentes nas grandes metrópoles, assim como os mapuches, do Chile, os guaranis, do Paraguai, e indígenas africanos, que é um tema pouco falado. É uma multiplicidade de atores no âmbito da sociedade civil, que requer um olhar atento para os demais grupos, que em alguns casos já estão há mais tempo no Brasil, constituindo redes complexas. Essa era a reflexão que gostaria de trazer, já que esses outros grupos por vezes são deixados de lado e fora da discussão do espaço público.

A **Ir. Rosita Milesi** agradece o estudo feito e por todas as informações. Aproveita a oportunidade para agradecer a ação conjunta que está sendo realizada entre o IMDH e o Conare, e posteriormente entre o IMDH, Polícia

Federal e GDF possibilitando documentar praticamente todos os indígenas de uma comunidade numerosa de 125 (cento e vinte e cinco) pessoas que se tem em Brasília. Reforça que foi um trabalho planejado em conjunto, primeiramente com o Conare para aprovação, fazendo-se necessário uma série de providências documentais, e posteriormente a parceria com a Polícia Federal, com a qual permitiu que se conseguisse realizar em um dia determinado o atendimento a essa comunidade numerosa, que pode servir como base para outras localidades que estão em situação de não documentados, já que essas populações por si só tem muita dificuldade de resolver essa situação documental. Relata que tem uma preocupação de que a grande maioria dessas populações está em condição de refugiados e é de conhecimento que, se a pessoa refugiada sai do Brasil e volta para o país de origem, pode ter dificuldade com sua documentação para conseguir retornar. Em relação aos indígenas, que se movem por uma questão cultural e típica de não possuir muitos limites territoriais, a preocupação se dá pelo fato de se estar reconhecendo tal população como refugiados e depois ter esse aspecto de retorno ao país de origem e uma possível nova entrada ao Brasil, podendo ter efeitos que atualmente não se imagina e que a população indígena possa vir a não entender também. Finaliza sua fala agradecendo novamente e reforçando que ações conjuntas podem ajudar muito essas populações, principalmente as comunidades mais numerosas para que possam ter documentos, pois do contrário ficam privadas de acesso a muitos benefícios sociais.

A **Sra. Nayra Paye Kaxuyana Inglez de Sousa** traz a informação do que foi tratado na Conferência Nacional de Saúde Indígena sobre a estruturação de uma saúde indígena para as populações que estão em contexto urbano. Já é possível trabalhar tal interface entre o MPI e o SESAI pensando-se nesse item para abarcar essas populações, trabalhando de forma nacional e geral.

O **Sr. Gabriel Calil Maia Tardelli** diz que na Conferência Nacional de Saúde Indígena havia a presença de 4 (quatro) indígenas Warao, que não puderam estar na plenária, mas estão em contínuo contato com os indígenas que estão pleiteando o que foi colocado pela Sra. Nayra Paye Kaxuyana Inglez de Sousa. Finaliza se disponibilizando para apoiar este trabalho.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as considerações realizadas e passa a palavra para a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** diz que o próximo ponto a ser tratado seria o planejamento que ficará para a próxima reunião plenária. Passando para os informes, inicia falando sobre a Semana Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, que será realizada na semana seguinte, convidando a todos e pontuando que alguns dos presentes participarão na condição de palestrantes, painelistas e debatedores. Agradece

a colaboração de todos, em especial o Acnur, o OBMigra e a DPU, que são os grandes parceiros na realização concreta do evento que contará também com uma exposição de fotos da DPU que foram cedidas para apresentação no Salão Negro do MJSP. Compartilhou o convite do MDHC que fará eventos, também na semana posterior à realização da plenária 171ª, com o tema Semana Nacional de Migrações e Refúgio.

O **Sr. Alex André Vargem** diz que será feita essa semana junto com os colegas do MJSP, que preparou os eventos da Semana Nacional de Migrações e Refúgio, do dia 19 ao dia 21 de junho do ano corrente. Complementa que também estarão presentes no evento realizado pelo MJSP e que será muito interessante fazer essa discussão em conjunto.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** pontua que o MJSP também estará presente no evento do MDHC e que a Senajus está na mesa de abertura. Partindo para o terceiro, informe diz que haverá nos dias 22 e 23 de junho uma reunião mais reduzida, sendo uma Reunião Técnica do processo de Quito, focada no refúgio. Explica que o processo de Quito é um grupo de países da América do Sul e América Latina que se reúne para discutir especificamente a migração venezuelana. Nessa semana haverá presencialmente e Reunião Técnica do foro de refúgio. Relata que os membros do Conare foram convidados a participar, sendo possível apenas a participação de um convidado para cada membro e fica no aguardo da confirmação de quem poderá participar, citando a DPU, MDHC, Polícia Federal, MS, Cáritas, IMDH, e os colegas que estão de forma *online* para que mandem a confirmação o mais breve possível, já que será um grupo limitado a participar dessa reunião.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** recorda que o processo de Quito foi uma iniciativa criada pelo Equador em 2018, envolvendo 13 (treze) países da região onde o Brasil está inserido, com discussões a respeito da resposta desses países sobre a migração venezuelana. São discussões técnicas, tentando manter os debates não politizados em torno de eventuais projetos de cooperação, troca de informações e boas práticas para que se possa aprimorar as respostas dos países a esse fluxo. No ano de 2022 o Brasil esteve na presidência do processo e no ano corrente a presidência é do Chile. O Brasil é um dos países líderes na temática de proteção internacional e comunidades de acolhida. Em decorrência do Brasil ter ocupado a presidência em 2022, será realizada essa reunião técnica de especialistas dos Conares e será realizada na próxima semana intencionalmente, como forma de compor as celebrações ao dia mundial do refugiado. Convida a todos para a participar e acredita ser um momento muito rico para troca de discussões entre os Conares dos países membros. Os temas tratados vão desde atualização sobre o atual contexto regional de mobilidade, Espírito de Cartagena, troca de experiências sobre os

procedimentos adotados pelos Conares da região para o reconhecimento da condição de refugiado e digitalização dos sistemas de proteção. Finaliza dizendo que o Conare brasileiro tem muito a compartilhar e que por isso conta com a presença de todos.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** diz que após a plenária enviará formalmente os convites e as programações. O próximo informe é que houve o lançamento do relatório *Global Trends*, do Acnur, que traz o panorama dos deslocamentos forçados internacionalmente e que será compartilhado com todos. O próximo informe é que a Sra. Amarilys Busch Tavares está representando o Conare em Genebra, sendo o Brasil a única delegação de país convidada a apresentar suas boas práticas como colaboradora da plataforma *Refworld*. Comenta ainda que estão recebendo *reports* muito elogiosos da participação do Brasil sobre as decisões recentes e inovações de forma de análise dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado. Agradece ao Acnur Brasil e Genebra pelo convite. Por fim, o último informe, a respeito da visita feita a São Paulo nessa semana a equipamentos públicos e parceiros da sociedade civil, houve visita à(ao) Caritas, Adus, CRAI, SIC do migrante, Polícia Federal; além da participação na reunião do GT do aeroporto de Guarulhos, já que a SENAJUS e o Conare fazem parte do acordo de cooperação com a DPU e o Acnur para lidar com a questão dos inadmitidos e do posto humanizado. Faz a consideração de que as discussões nesse GT são sempre muito ricas, pois Guarulhos é um termômetro mundial de fluxos migratórios, assim como Roraima, em Pacaraima, que são locais de chegada das pessoas vindas da Venezuela. Em Guarulhos é possível perceber não só uma tendência de refúgio, mas também de movimentações migratórias, contrabando de migrantes e várias outras situações. Houve a visita da sala dos inadmitidos, constatou-se que há um número significativo de afegãos novamente no aeroporto e foram surpreendidos com um fluxo relevante de vietnamitas. Quase 100 (cem) vietnamitas chegaram nos dias que antecederam a visita e havia 35 (trinta e cinco) vietnamitas que sequer tinham bilhetes da companhia aérea, não sendo possível identificar de onde estavam vindo e para onde eles iriam, procedendo a Polícia Federal à uma investigação para tentar identificar em qual voo chegaram, qual era a companhia, e só então poder dar o tratamento adequado.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** informa que a próxima reunião ordinária do CONARE será dia 10 de agosto de 2023, às 10 horas da manhã, em formato híbrido, mas solicita que priorizem a participação presencial. Ainda, informa que a reunião técnica preliminar ocorrerá no dia 2 de agosto, de forma *online*, às 10 horas da manhã. Reforça o convite para que todos estejam presentes nos eventos da semana do refugiado. Finaliza agradecendo a Secretaria de Assuntos Legislativos do MJSP pelos esforços junto com a Secretaria de Assuntos Legislativos da Casa Civil, que estava tentando

emplacar o projeto de lei da semana do refugiado, migrante e apátrida, mas a CCJ cancelou a reunião que ocorreria na mesma data da plenária, ficando para o final da semana e sendo provável que ocorra a aprovação de tal projeto de lei, o que será um marco no reconhecimento da semana do migrante, refugiado e apátrida no Brasil. Encerra a centésima septuagésima primeira Reunião Ordinária do Conare agradecendo a presença de todos.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, Diretor(a) do Departamento de Migrações**, em 30/08/2024, às 13:56, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **25016539** e o código CRC **AC5C483D**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.